

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA

Convenção referente à proteção
do patrimônio mundial, cultural e natural

LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

Formulário de proposta de inscrição

De acordo com os termos da Convenção referente à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, adotada pela Conferência Geral da UNESCO, em 1972, o Comitê Intergovernamental de Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, a seguir denominado “Comitê do Patrimônio Mundial”, estabelece com o nome de “Lista do Patrimônio Mundial”, uma lista de bens do patrimônio cultural e natural tal como definido na Convenção e que considera como de excepcional valor universal em aplicação dos critérios por ele estabelecidos.

O presente formulário tem por objetivo permitir aos Estados-partes submeter ao Comitê do Patrimônio Mundial propostas referentes aos bens situados nos seus territórios avaliados por eles como suscetíveis de serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial.

Cada formulário é precedido por uma página com notas destinadas a orientar o seu preenchimento. As informações solicitadas devem ser datilografadas nos espaços reservados para esta finalidade. Informações complementares poderão ser fornecidas em folhas anexas ao formulário.

É importante ressaltar que o Comitê do Patrimônio Mundial manterá em seus arquivos toda a documentação (mapas, plantas, fotografias etc.) apresentada em apoio às propostas de inscrição na Lista do Patrimônio.

O formulário, preenchido em inglês ou em francês, deverá ser encaminhado em três exemplares ao:

Secrétariat du Comité du patrimoine mondial
Division du patrimoine culturel
UNESCO
7, place de Fontenoy
75700 Paris

FORMULÁRIO

1. Localização exata a) País	República Federativa do Brasil
b) Estado, município ou região	Estado do Rio Grande do Sul
c) Denominação do bem	São Miguel das Missões
d) Local exato no mapa com indicação das coordenadas geográficas	Norte do rio Piratini, afluente da margem esquerda do rio Uruguai, entre as coordenadas de 28º 32'36" de latitude sul 54º 15'57" de longitude leste
2. Dados jurídicos a) Proprietário	Bem público patrimonial
b) Status jurídico	Ver anexo 1
c) Administração responsável	Ver anexo 2
3. Identificação a) Descrição e inventário	<p>As ruínas monumentais do Povo de São Miguel das Missões são constituídas por:</p> <ul style="list-style-type: none">- muros, abóbodas, três naves, transepto, abside, torre e o pórtico da igreja;- fundações e antigos lanços de paredes da residência dos padres, do colégio e do cemitério;- fragmentos da fundação e das bases dos pilares das casas dos índios. <p>Uma informação especial: essa igreja conserva o único exemplar completo de torre e de frontispício atualmente existente nos antigos povos jesuítico-guaranis localizados no Brasil, na Argentina e no</p>

	<p>Paraguai.</p> <p>Um pavilhão destinado a acolher e a expor peças encontradas nos aldeamentos jesuíticos, localizados em território brasileiro, foi construído em 1938, segundo projeto do arquiteto Lucio Costa. Esse pavilhão está situado em um dos ângulos da praça frente à igreja.</p>
b) Mapas e/ou plantas	Ver anexo 3
c) Documentação fotográfica e/ou cinematográfica	Ver anexo 4 (a) e anexo 4 (b)
d) Histórico	Ver anexo 5 Ver também a documentação complementar
d) Bibliografia	Ver anexo 6
4. Estado de preservação/ de conservação	Ver anexo 7
a) Diagnóstico	
b) Agente responsável da preservação ou da conservação.	Ver anexo 8
c) Histórico da preservação ou da conservação	Ver anexo 9 Ver também a documentação complementar
d) Meios de preservação ou de conservação	Ver anexo 10
e) Plano de gestão	Ver anexo 11
5. Justificativa da inscrição	Os remanescentes do antigo Povo de São Miguel, nas

<p>na Lista do Patrimônio Mundial</p> <p>a) Bem cultural</p>	<p>reduções do Tape, destacam-se pela beleza e valor arquitetônico de suas ruínas e por representar nas florestas do Novo Mundo, um sinal precioso da civilização europeia: a educação. O objetivo catequético dos padres jesuítas se expressa duplamente pela cristianização e pela educação dos primitivos habitantes do novo continente denominado América. Essa ação civilizatória dos discípulos de Santo Inácio de Loyola marcou profundamente durante séculos a vida social e cultural das populações do antigo Estado Jesuítico do Paraguai, agora dividido em três partes. As ruínas de São Miguel guardam exemplares extremamente raros dessa arquitetura que os jesuítas desenvolveram em seus povos ou reduções que as intempéries ou a ação humana destruíram. Essa raridade pode ser contemplada em São Miguel que é a única igreja jesuítica dessas reduções a mostrar um exemplo completo do frontispício e da torre.</p> <p>A construção da Igreja de São Miguel mostra a aptidão criadora da arquitetura da época, sua faculdade plástica de adaptação às novas condições geográficas e sua capacidade de eludir às dificuldades, dando soluções racionais às técnicas construtivas e sabendo reutilizar os materiais disponíveis na falta dos mais conhecidos. O Povo de São Miguel das Missões se distingue como uma das marcas mais importantes da civilização na conquista e valorização das terras sul-americanas denominadas por alguns de Cone Sul.</p>
<p>5. Justificativa para inscrição na Lista do patrimônio mundial (continuação)</p> <p>b) Bem natural</p>	

Assinado (em nome do Estado-parte)

Sobrenome e nome: p/ Marcos Vinícios Vilaça

Título: Secretário de Cultura/ Ministério da Educação e Cultura

Data: 16 de dezembro de 1982.

ANEXO 1

A região onde se localizam as ruínas do antigo Povo de São Miguel das Missões é de domínio público federal desde a época do confisco das propriedades que pertenciam aos padres da Companhia de Jesus, no século XVIII. O conjunto dos monumentos formados pelos remanescentes e pelas ruínas da igreja, da residência dos padres missionários, do colégio e seus anexos e das casas dos índios catequizados foi inscrito pela Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artísticos Nacional em 16 de maio de 1938 sob o nº 63, à fls. 12, do Livro do Tombo das Belas-Artes, processo nº 141 - T, de acordo com o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção dos bens culturais no Brasil.

Foram empreendidas, conseqüentemente, medidas técnicas de estabilização das ruínas e de preservação da herança artística jesuítico-guarani. Os objetos de arte que se encontravam dispersos nos recônditos dos Sete Povos das Missões Orientais foram reunidos em um museu criado com esta finalidade no interior da área das ruínas e onde se encontram expostos à visitação pública.

ANEXO 2

Os responsáveis pela administração e conservação das ruínas do Povo de São Miguel das Missões são:

- Ministério da Educação e Cultura, por intermédio da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e da Fundação Nacional Pró-Memória.
- Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo do Estado do Rio Grande do Sul.
- Prefeitura de Santo Ângelo (RGS)

ANEXO 5

O Povo de São Miguel Arcanjo, ou das Missões, era uma das reduções do Estado Jesuítico do Paraguai que formava com seis outros, os Sete Povos das Missões. Era uma reunião de grupos catequizados jesuítico-guaranis situados no nordeste do atual Estado do Rio Grande do Sul, em território brasileiro, às margens do rio Uruguai. As outras reduções dessa região se transformaram em cidades ou, simplesmente, desapareceram: São Borja (1682), São Nicolau (1687), São Luiz Gonzaga (1687), São Lourenço (1691), São João Batista (1697) e Santo Ângelo (1706). São Miguel data de 1687 quando foi instalada no sítio atual.

Na realidade, São Miguel das Missões teve origem a partir de um aldeamento de catequizados que os padres jesuítas fundaram em Itaiacecó (1632), na margem direita do rio Ibicui, aos pés da serra de São Pedro. Sua fundação é devida aos padres missionários Cristobal de Mendoza e Paulo Benevides. A partir de 1637, os ataques dos caçadores de índios paulistas aos aldeamentos de catequizados dos jesuítas se intensificaram, o que provocou o deslocamento do Povo de São Miguel Arcanjo para as terras de Concepción. Todavia, o novo lugar mostrou-se pouco favorável para um grupo numeroso, o que levou os padres a buscar outro local para a missão. A escolha final recaiu sobre um sítio às margens do Piratini onde o novo aldeamento de São Miguel foi fundado, quando já contava com quase 4.000 índios alojados e cristianizados. As condições econômicas da redução melhoraram neste novo local devido à qualidade do pasto para o significativo rebanho (bovino, equino, caprino) necessário à subsistência e à terra que se mostrou favorável à agricultura.

O estabelecimento de São Miguel foi construído em uma colina, o que favorecia o escoamento das águas pluviais abundantes pelo excesso de chuvas do verão gaúcho. A construção do povo obedecia, ao que parece, ao que determinava o Livro IV, Título Sete, das *Leyes de Indias* que regulamentava nas colônias espanholas da América o traçado dos burgos, povoados e das cidades. São Miguel foi construído tendo ao centro, defronte à igreja, uma praça quadrangular que media aproximadamente 130 m de lado. O colégio, a igreja e o cemitério ocupavam o lado norte e nos outros três lados restantes se erguiam as casas dos índios, das quais restam apenas as ruínas das fundações. A colina outrora era coberta de matas e, segundo testemunhos dos cronistas do século passado, bem abastecida de água que corria do ribeirão Jucaripí.

Na parte detrás, os padres prepararam uma quinta, inteiramente murada de pedras com jardim, pomar e horta. As casas dos índios eram construídas em blocos

com telhados de quatro águas e rodeadas por alpendres. A Igreja de São Miguel Arcanjo é uma construção de estilo barroco italiano do século XVIII. A igreja primitiva deu lugar a essa construção suntuosa devido à genialidade do arquiteto milanês, padre secular da Companhia de Jesus - Gian Battista Primoli. Ele fazia parte, assim como o arquiteto Andrea Bianchi, de um grupo de padres que a Companhia de Jesus havia enviado de Buenos Aires em missão e trabalho de catequização. Os dois arquitetos realizaram obras arquitetônicas importantes em Buenos Aires e em Córdoba. A antiga Catedral de Buenos Aires foi projetada por Bianchi e construída por Primoli. De onde a grande e visível a semelhança entre a fachada da Igreja de São Miguel, nos Sete Povos das Missões Orientais, com a da antiga Catedral de Buenos Aires. Os trabalhos mais importantes do arquiteto Gian Battista Primoli na região das Missões foram: a Igreja de São Miguel Arcanjo, a Igreja da Conceição e a Igreja da Trindade.

Ignora-se o ano exato no qual Primoli começou os trabalhos da Igreja de São Miguel, mas sabe-se que em 1735 seus muros estavam em pé. Nesse ano, Primoli teve de ir a Buenos Aires onde devia começar a construção da Igreja de São Telmo que Andrea Bianchi havia projetado. Ele só retorna a São Miguel das Missões em 1737. Trabalhou por oito anos para concluir a igreja da redução, empregando de 80 a 100 índios. Por falta de cal na região, Primoli teve de construir essa igreja inteiramente de pedra até a altura do telhado, o que a diferencia das outras igrejas jesuíticas da região. Em 1744, Primoli partiu para o Paraguai a fim de construir a Igreja da Trindade e morreu três anos após na Missão da Candelária.

Em 1750, a igreja estava concluída com telhado, pórtico e torre. Porém, em 1760 ela pegou fogo, perdeu os móveis e ornamentos e a construção foi bastante danificada. Ainda no mesmo século, antes da expulsão definitiva dos jesuítas, a igreja foi adaptada ao culto catequista, o que fez desaparecer o transepto e surgir uma sacristia lateral.

Situada numa elevação e precedida de um pórtico, a igreja consagrada a São Miguel Arcanjo domina a praça quadrangular da redução. O frontispício está orientado para o norte, o que fez acreditar que a praça quadrangular - com as construções laterais do cemitério, do hospital, do colégio e onde se reúnem o cabildo - estava assim protegida dos ventos frios que sopravam do sul.

ANEXO 6

AVE-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*, Ed. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

COSTA, Lucio. A Arquitetura dos jesuítas no Brasil, *in: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 5, Rio de Janeiro, 1941.

CURTIS, J.N.B. A Catedral de Grés, *in: Revista do CEUA*, nº 1, Porto Alegre, 1962.

DEMERSEY, *Histoire physique, économique et politique du Paraguay et des établissements des jésuites*, Paris, 1846.

FURLONG, Guillermo. *Arquitectos Argentinos durante la dominación hispánica*, Buenos Aires, 1946.

GAY, Cônego João Pedro. *História da República Jesuítica do Paraguay*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1946.

MAYERHOFER, Lucas. *Reconstituição do Povo de São Miguel das Missões*.

MAYERHOFER, Lucas. A igreja de São Miguel das Missões, *in: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº6, São Paulo, 1969.

PINHEIRO, José F. Fernandes, *Anais da Província de São Pedro*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1946.

PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguay*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1943. Publicação do Ministério da Educação e da Saúde.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*, Ed. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1974.

SEPP, Padre Antônio. *Viagem às Missões Jesuítas e Trabalhos Apostólicos*, Livraria Martins Editora, São Paulo, 1972.

SILVEIRA, Hemetério José Velloso. *As Missões Orientais e seus antigos domínios*, Ed. Erus, Porto Alegre, 1979.

SOLÁ, Miguel. *Les Misiones Guaranies (Architecture)*, Jacobo Penser, Buenos Aires, 1946.

TAVARES, Rosauero. Ruínas dos Sete Povos das Missões, *in: Revista do Arquivo Público*, nº 21, 1928.

TESCHAUER, Carlos. *Historia do Rio Grande do Sul*, Ed. Selbach, Porto Alegre, 1921.

ANEXO 7

Especialistas em preservação de bens culturais, sob a orientação do arquiteto Roberto di Stefano, vice-presidente do ICOMOS em missão para a UNESCO, se reuniram durante a Reunião de São Miguel das Missões (26 e 27 de abril de 1982) para examinar e analisar cuidadosamente a documentação referente aos dois anos de trabalho realizados pelo SPHAN/Pró-Memória dedicados a inventariar as condições físicas do monumento. Nessa ocasião, um documento técnico foi preparado no qual se descartava "qualquer possibilidade de desmoronamento em curto prazo da estrutura do monumento". Esse grupo de trabalho reconheceu, todavia, que seria preciso enfrentar o problema da conservação desse monumento o mais breve possível, devido ao seu avançado estado de deterioração. Os trabalhos de preservação - recomendaram os especialistas - devem dar-se em duas frentes: uma de planejamento global (urbano, arqueológico, ambiental, econômico, técnico etc.) com a finalidade de utilizar o local segundo critérios atualizados e apropriados a um monumento de valor histórico e arqueológico, e a realização de trabalhos imediatos de consolidação do conjunto. Recomendou também, do ponto de vista social, a integração dinâmica do monumento à comunidade regional e nacional. O "Documento Técnico" preparado durante a Reunião se refere aos monumentos jesuítas de São Miguel como "uma contribuição brasileira ao patrimônio mundial".

ANEXO 8

Os agentes responsáveis pela preservação ou conservação das ruínas do Povo de São Miguel das Missões, circunscrição de Santo Ângelo, no Estado do Rio Grande do Sul são os seguintes:

1. Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
2. Fundação Nacional Pró-Memória
3. Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo do Estado do Rio Grande do Sul
4. Prefeitura de Santo Ângelo (RGS)

ANEXO 9

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul cumprindo o estabelecido no Regulamento das Terras (10 de agosto de 1922) encarregou a Comissão de Terras cuidar das ruínas do Povo de São Miguel das Missões situadas no município de Santo Ângelo. Os relatórios conhecidos mostram que no dia 22 de janeiro de 1925 uma proposta de conservação das ruínas, que se encontravam ameaçadas pela ação do tempo e da pilhagem dos homens, foi implementada. Em 1927, os trabalhos de conservação mais urgentes estavam concluídos.

Considerando o valor histórico e o elevado padrão estético das ruínas da igreja, o serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional encarregou ao arquiteto Lucio Costa de inventariar os elementos que subsistiam e de organizar um programa de trabalho de restauração e de conservação. Em seu relatório, o arquiteto concluiu que as medidas tomadas pela Comissão de Terras do Estado do Rio Grande do Sul haviam salvado da destruição iminente as veneráveis ruínas do Povo de São Miguel das Missões e recomendou, especialmente, que não se mexessem nos remanescentes, uma vez que os trabalhos de conservação deveriam ater-se apenas à sua consolidação. Da igreja ainda sobrara a fachada e as paredes laterais da nave; do colégio, alguns lanços de paredes ainda mantinham-se em pé; e os alicerces das bases de pilares dos alpendres estavam espalhadas entre as ruínas. A criação de um museu, reunindo todas as obras de arte dos jesuítas encontradas no território brasileiro dos Setes Povos das Missões Orientais, foi igualmente sugerida. Em seu relatório, Lucio Costa apresentou um programa de trabalho para a conservação das ruínas. Os trabalhos de consolidação e de conservação das ruínas desse povo jesuíta, recomendado pelo arquiteto Lucio Costa em seu relatório, foram realizados de 1938 a 1940. O arquiteto Lucas Mayerhoffer foi encarregado de executar as obras em questão. Ele começou por um estudo prévio para detectar as causas do desequilíbrio e dos danos das ruínas.

Em 15 de novembro de 1954, novos trabalhos foram empreendidos em benefício da conservação e da consolidação das ruínas do Povo de São Miguel das Missões, que se estenderam até março de 1955. A direção desses trabalhos foi entregue ao arquiteto Mauricio Dias da Silva.

Entre 1967 e 1970 outros trabalhos de conservação e de consolidação das ruínas foram executados sob a direção do arquiteto Luís Saia.

Foi somente em 1980 que começou um estudo completo sobre as condições de conservação das ruínas desse estabelecimento. Este estudo foi concluído em fevereiro de 1982. Os estudos tiveram como base o Termo de Referencia de 7 de agosto de 1980 que contava com a assistência do arquiteto Roberto di Stefano, conselheiro da UNESCO. Estudos e testes em laboratório foram então realizados, executados pela equipe técnica da firma Restauração e Construção Ltda. (RESCON), que incluíam:

- a. análise histórica sobre a construção, ampliação, modificações, transformações e intervenções das restaurações e consolidação das ruínas;

- b. levantamento gráfico do monumento;
- c. levantamento fotográfico do monumento;
- d. levantamento fotogramétrico da fachada principal;
- e. análise dos materiais constitutivos dos muros;
- f. análise das características construtivas;
- g. exame estático da solidez da fachada principal, assim como determinação do centro de gravidade das diferentes seções verticais do conjunto da fachada, análise das cargas e das tensões internas da solidez da fachada etc.
- h. exame estático da situação atual da parte consolidada da torre e do pórtico; idem da fachada principal;
- i. estudo da estrutura do escoramento para a contenção de deformações da fachada principal;
- j. controle sistemático e contínuo da progressão da deformação da fachada principal.

ANEXO 10

Vários trabalhos foram contratados com essa finalidade com a firma Restauração e Construções Ltda. (RESCON), cujas obras foram executadas sob a direção do arquiteto Fernando Machado Leal.

Durante o ano de 1982, essa firma especializada realizou estudos de comportamentos das argamassas destinadas ao preenchimento dos vãos existentes entre os blocos de alvenaria, e das placas para o revestimento do topo dos muros; sobre o comportamento dos elementos a serem inseridos nas partes desagregadas ou deterioradas da torre, sobre os lanços de muros e sobre os arcos.

O trabalho de consolidação das ruínas em toda a extensão existente está previsto para 1983, de acordo com o que foi recomendado no documento técnico preparado durante da Reunião de 26 e 27 de abril de 1982.

Para os trabalhos executados em 1982, os recursos foram da ordem de US\$ 70,000 (setenta mil dólares).

Para os trabalhos previstos em 1983 os recursos orçamentários previstos são da ordem de US\$ 400.000 (quatrocentos mil dólares).

ANEXO 11

Uma reunião, cujo objetivo era flexibilizar os planos de desenvolvimento cultural relativos ao monumento, foi realizada em São Miguel das Missões, nos dias 26 e 27 de abril de 1982. Os organismos seguintes participaram da Reunião de São Miguel das Missões:

- Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- Fundação Nacional Pró-Memória
- Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo do Estado do Rio Grande do Sul
- Prefeitura de Santo Ângelo (RGS)

Foi nessa reunião que foi elaborado o plano intitulado COMPROMISSO DE SÃO MIGUEL que estabelece que a execução dos trabalhos de estabilização do monumento, segundo programa e projeto a ser definido, caberia à SPHAN/Pró-Memória e à Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo do Estado do Rio Grande do Sul; a elaboração de projetos de pesquisa arqueológica ficaria sob a responsabilidade financeira desse organismo de Estado e a coordenação técnica da SPHAN; a elaboração da orientação para o tratamento paisagístico do parque missionário caberia à SPHAN/Pró-Memória e à Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo do Estado do Rio Grande do Sul; a implantação do projeto de sinalização da paisagem ficaria sob a coordenação da SPHAN/Pró-Memória e da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo do Estado do Rio Grande do Sul assim como a execução integral do “Plano de Diretrizes para o desenvolvimento físico de São Miguel das Missões”, aprovado desde agora pela Câmara de Vereadores do município de Santo Ângelo, caberia à Prefeitura de Santo Ângelo.

DOCUMENTAÇÃO SUPLEMENTAR

Parte do relatório apresentado pelo arquiteto Fernando Machado Leal à Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

ANÁLISE HISTÓRICA

O estabelecimento da Companhia de Jesus nas terras do rio da Prata e do Paraguai ocorreu em grande parte devido à ação de D. Francisco Victoria, dominicano de origem portuguesa, arcebispo de Tucuman.

Apesar dos esforços do padre Manuel da Nóbrega em 1551 e 1555 a fim de estender a ação dos discípulos de Santo Inácio já estabelecidos no Brasil desde 1549, foi somente após 1580, com a unificação das coroas portuguesa e espanhola, que o intercâmbio entre as terras do Rio da Prata e do Brasil foi possível. Foi a partir dessa data que desapareceram em parte os motivos que haviam levado Tomé de Souza e o padre Luis da Grã, visitador da Companhia de Jesus, a interditar a expansão dos Jesuítas da Província do Brasil em direção às terras pertencentes à Espanha.

Em 1585, os primeiros membros da Companhia de Jesus vindos da Província do Peru chegaram a Tucuman e, neste mesmo ano (1585), D. Francisco Victoria enviou o cônego D. Francisco de Salcedo em missão ao Brasil para que obtivesse do preposto-geral da Companhia de Jesus nessa Província a concessão de alguns padres: o que lhe foi concedido pelo padre Cristóvão de Gouveia. E, em março de 1587, depois de uma viagem cheia de peripécias, a missão conduzida pelo padre Leonardo Armínio chegou a Buenos Aires. Dos cinco discípulos de Santo Inácio de Loyola que compunham esta missão restaram apenas três em terras espanholas.

Como em janeiro de 1587 o padre Claudius Aquaviva, superior-geral da Companhia, decidiu que a nova missão deveria pertencer à Província do Peru, o padre Arminio preferiu voltar ao Brasil, enquanto os padres Manuel Ortega e Tomas Fields “preferiram ir para o Paraguai e aí esperar ordens de seus superiores”. No que se refere a Estevão de Grã, outro padre vindo do Brasil, as informações são confusas.

A residência do Colégio de Assunção foi fundada juridicamente em 1594 e a de Córdoba, na Província de Tucuman, em 1599.

Em 1607, o superior-geral da Companhia, padre Claudius Aquaviva, reuniu as regiões do Rio da Prata, Tucuman e Chile em uma única província independente denominada Paraguaria, e o padre Diogo Torres Bollo, que trazia com ele doze missionários da Espanha para o Peru, foi nomeado preposto-geral. A proposição de Diego de Torres Bollo de incorporar as terras do Paraguai à Província do Brasil foi assim aniquilada pelo desejo contrário manifestado pelos padres do Paraguai.

Em 1608, a primeira Congregação Provincial se realizou em Santiago do Chile, reunindo em torno de Diego Torres 57 religiosos (padres e irmãos). Foi nesta ocasião que as

diretrizes de base das ações a serem adotadas pela Companhia na nova província foram discutidas.

Com perto de 20 anos de catequese no Paraguai e em outras regiões, os jesuítas haviam aprendido a conhecer as dificuldades e superá-las ao converter os pagãos.

As “missões ambulantes” pertenciam a tempos passados, quando as expedições religiosas buscavam catequizar os índios em seu próprio meio, longe dos conquistadores espanhóis, delas tirando pouco proveito. Era preciso agora acabar com o hábito do “lisonjeio” e do serviço pessoal, tratando os índios como os espanhóis o faziam, o que resultava na desintegração da família, na má alimentação, nos maus-tratos, nas fugas e na diminuição da expectativa média de vida. E, o que é pior, o “comissário” dando prioridade a seus interesses temporais em detrimento das obrigações dos índios em relação a Deus, afastava os pagãos da igreja e da vida espiritual, impedindo-os de salvar sua alma (1).

Diante dessa situação, os jesuítas decidiram adotar a catequese estável por meio de povoados que tomariam o nome de “reduções”, pois *ad ecclesiam et vitam civilem esset reducti*.

As primeiras reduções foram criadas em 1607 e o sistema se estendeu imediatamente. Várias outras do mesmo gênero foram fundadas, mas deixaram poucos vestígios.

Entre 1615 e 1628, o padre Gonzales de Santa Cruz implantou diversos assentamentos na margem direita do rio Uruguai e, em 1626, atravessando o rio fixou uma cruz no Piratini e celebrou a primeira missa rezada pelos jesuítas das Missões do Paraguai, em terras do Rio Grande do Sul. Talvez tenha sido o primeiro branco a pisar nessa parte do território ao mesmo tempo em que dava origem à redução de São Nicolau, onde outros assentamentos foram fundados sucessivamente ao longo de quase dez anos.

Os índios se insurgiram em 1628, os padres Roque Gonzales e Afonso Rodrigues foram massacrados em Caaró e, pouco tempo depois, o padre Juan del Castilho, em Pirapó.

Tão logo a primeira rebelião indígena foi reprimida, os mestiços, conhecidos como “mamelucos paulistas”, atacaram.

Com a vida comunitária, os índios agora instruídos pelos jesuítas em agricultura, pecuária, artes e ofícios foram logo invejados pelos paulistas que, a partir de 1628, começaram a atacar as reduções para pilhá-las, chegando por vezes até mesmo a destruí-las como Antonio Raposo Tavares o fez, em 1636, com as reduções de Jesus Maria e de São Cristóvão.

Foi somente a partir de 1639, quando o jesuíta Montoza recebeu a ordem da Corte de armar os índios com bacamartes, que a situação começou a mudar. Em 1641, na batalha de Mbororé - afluente do rio Uruguai -, os mamelucos foram derrotados pelos Tapes (índios de uma tribo guarani) comandados pelo frade secular Antonio Bernal. E, em 1651, as forças paulistas equipadas para aniquilar as reduções e o Paraguai, foram dizimadas pelas forças missionárias.

Desde então, e durante quase um século, o território missionário prosperou, seja com a fundação de novas reduções, seja com o desenvolvimento das já existentes.

Em seu momento de apogeu, aproximadamente entre 1690 e 1750, trinta reduções estendiam-se ao longo dos territórios que hoje pertencem ao Paraguai, à Argentina e ao Brasil. No sul do Paraguai havia oito. As atuais províncias argentinas de Corrientes e Misiones eram ocupadas por sete reduções ou Sete Povos das Missões, centro do “Estado Jesuítico do Paraguai” ou “Reino Teocrático Jesuíta-Indígena perto do Paraná e do Uruguai”, a saber: São Borja, fundada em 1682; São Nicolau, fundada em 1687; São Miguel, em 1687; São Luís Gonzaga, em 1687; São Lourenço, em 1691; São João Batista, em 1697 e Santo Ângelo Custódio, em 1706.

Data de 1632 a fundação, pelos padres Cristobal de Mendoza e Paulo Benevides, do conjunto de Itaiacécó na margem direita do rio Ibicui, que deu origem ao Povo de São Miguel das Missões. Atacados pelos mamelucos de São Paulo, em 1637, toda a população de São Miguel se transferiu para o lado ocidental do rio Uruguai, onde se encontravam também os índios das regiões vizinhas. Instalaram-se próximo à Concepción, onde se desenvolveram enormemente.

Ao decidir, em 1686, “transferir quatro povos”, entre os quais São Miguel, os jesuítas buscavam não somente facilitar sua expansão, mas proteger a base da economia das reduções, criando linhas de defesa contra eventuais ataques dos mamelucos. Tinham entre outros objetivos proteger o rebanho de gado que começava a ser saqueado pelos próprios espanhóis dos latifúndios do vale do Uruguai e da exploração intensiva da erva mate, destinada tanto ao consumo dos índios como ao florescente comércio da exportação da “erva mate do Paraguai” para Buenos Aires.

Visando assegurar à mútua defesa as reduções não deviam ficar distantes uma das outras mais de “dez léguas castelhanas”, e as mais distantes estavam de seis a quatro léguas. Haveria uma interdependência estabelecida de modo que as reduções de São Nicolau, São Luiz e São Miguel se correspondiam entre si e não com as outras. A de São Borja se relacionava com a de São Tomé (2).

A tarefa de atravessar o rio Uruguai e de escolher os sítios onde deveriam ser localizadas as reduções de São Miguel, São Nicolau, São Luís e São Borja coube ao padre Alonso de Castilho acompanhado de outros discípulos de São Inácio. Foi em 1687 que ele estabeleceu definitivamente o sítio do Povo de São Miguel.

As ruínas a serem preservadas e, particularmente as da igreja - a segunda construída na redução de São Miguel - datam desse primeiro assentamento.

Como foi conduzida a fundação da redução de São Miguel e como esse povo se organizou no início?

A única descrição que chegou até nós sobre os procedimentos adotados pelos jesuítas, quando fundavam e organizavam uma redução indígena nesses lugares, é a narrativa do padre Antonio Sepp sobre a fundação do Povo de São João Batista, em 1697 (3).

O procedimento não foi certamente diferente para São Miguel.

Algum ar solene para impressionar os indígenas deve ter presidido a viagem. Cavalos bem arreados, índios carregando o símbolo da autoridade - insígnia para os principais chefes; cetro, símbolo do juiz supremo, para o preboste ou o capitão - ao som de trompetes, tamborins e flautas, conferiam o lado teatral tão caro aos indígenas.

Depois de ter explorado o sítio e verificado que havia madeira

necessária não somente como combustível, mas também para construir as casas dos índios, a igreja e minha moradia, sem esquecer-se de controlar a existência e a qualidade da pedra, dos rios e ribeirões, da salubridade, do valor do solo e da argila para a fabricação de telhas e tijolos e mil outras coisas necessárias para fundar um aldeamento e povoá-lo,

tomaram posse da terra fixando uma cruz; depois disto as cerimônias religiosas foram celebradas.

Uma vez o terreno limpo e os campos delimitados, a terra era distribuída entre os indígenas “proporcionalmente aos membros e ao número de animais de cada um dos chefes e família” (4). O plantio começava então, a fim de prover de alimento e vestimenta a população que iria se instalar definitivamente no sítio. O alojamento do padre missionário, a capela e as palhoças dos índios (construções rudimentares recobertas de palha entrelaçada de bambu) eram construídas simultaneamente e a título precário. Porém, desde o início da instalação da nova colônia, a capela era o polo de atração. “Aos domingos, o sino convidava o povo que, por falta de espaço não conseguia entrar totalmente. Ficava do lado de fora para escutar a doutrina sacra, sentado na relva verde e separado por gênero: de um lado as mulheres com as crianças e, do outro, os homens com os adolescentes”.

Depois de vencidas as primeiras dificuldades e conquistada certa estabilidade, a construção definitiva das moradias era empreendida de acordo com o modelo urbano preconizado nas “Leyes de Índias” e representado na gravura em cobre datada de 1755 do Povo de São João Batista (5).

A comparação entre essa gravura e outros documentos iconográficos do mundo português, como, por exemplo, a do antigo vilarejo de Abrantes da Comarca do Norte nascido do aldeamento jesuíta de Espírito Santo, na Bahia (fim do século XVIII), pode surpreender (6). Enquanto a iconografia de São João mostra um plano elaborado e desenvolvido, com edificações volumosas, a do povoado jesuíta do mundo português apresenta uma planta geralmente simples. A diferença entre os aldeamentos da Companhia de Jesus, no mundo português e as reduções jesuíticas parece claramente comprovada por essa comparação. No mundo hispânico ao qual pertencia a antiga redução de São Miguel, os estabelecimentos jesuíticos eram calculados para abrigar de 4.000 a 5.000 almas e, uma vez este número alcançado, um novo povo era fundado. O que, na realidade, significava tomar pouco a pouco posse da terra para a coroa espanhola. Em terras portuguesas era diferente. De fato, os cálculos prévios, como na planta de São João, para uma população determinada, tornavam-se inúteis, pois essas reduções ficavam dentro de território português e em relativo contato com outros povos. Não se deve esquecer que as reduções jesuíticas, com sua organização socioeconômica praticamente autossuficiente e seus índios treinados para a guerra sob o

comando de chefes instruídos pelos discípulos de Santo Inácio, eram a primeira linha de defesa contra os portugueses.

Mas, tanto para os povoados quanto para as reduções o programa básico era o mesmo. A igreja para o culto; o colégio para as aulas; a moradia para a população; o hospital; o pomar, a horta e o cemitério, o todo ordenado em volta de uma ampla praça capaz de conter os fieis durante as cerimônias religiosas que terminavam e começavam no interior da uma ampla igreja - elemento dominante da composição que, em geral, obedecia ao traçado do modelo determinado pelas “Leyes de Indias”.

Em 1690, o padre Salvador de Rojas comenta em seu diário que em São Miguel naquele ano:

os índios estão construindo uma grande casa de seis cômodos para os padres e, a esse respeito, as cem outras casas destinadas aos índios estão bastante avançadas, com telhados de telhas de barro que eles produzem de acordo com a doutrina. Era a mais populosa de todas as reduções, pois ela contava, quando foi estabelecida aqui, com 4.195 almas divididas em 1.057 famílias (7).

O diário de 1700 informa que “o particular dessa doutrina é que agora a consolidação começa a desdobra-se -, de uma igreja que devia ser a gloria e a honra de Nossa Senhora e de seu Santo Arcanjo e que para essa fabricação o trabalho é feito com grande fervor, procurando os materiais necessários para ela”. Porém, o diário de 1708 diz que: “a Igreja de São Miguel está ameaçada de ruína e que começa a construção de uma sala que servirá provisoriamente para as solenidades do culto” (8).

A construção da igreja de São Miguel que substituiu a antiga igreja coube ao Irmão arquiteto Gian Battista Primoli.

De origem milanesa, Primoli entrou para a Companhia de Jesus com 43 anos. Chegou a Buenos Aires em 1717 ao mesmo tempo em que outros discípulos de Santo Inácio. Todos vinham de Cádiz e havia entre eles Andrea Bianchi, arquiteto de origem romana, que também teve importante papel no tocante às construções missionárias.

Primoli, ocupado com a construção de grandes edificações em Buenos Aires e em Córdoba, não pode deixá-las antes de 1730. A partir de então dedicou toda sua vida à construção das igrejas dos povos de Concepción, Trinidad e São Miguel, realizando a tarefa que lhe foi destinada nas terras missionárias.

Não sabemos precisar a data da chegada de Primoli a São Miguel. Sabe-se, contudo, que em 1735 estavam já iniciados as obras da igreja, quando foi esse arquiteto chamado a Buenos Aires para dirigir a construção da igreja de São Telmo, projeto de Andrea Bianchi. De volta a São Miguel em 1737, aí ficou até 1744, quando partiu para o Paraguai para edificar a igreja da Trinidad. Ele morreu em 1747 na Missão da Candelária.

A formação italiana do arquiteto milanês se refletiu na edificação da Igreja de São Miguel que é diferente das outras igrejas missionárias dos Sete Povos, não apenas pelo caráter plástico do conjunto, mas, sobretudo pelo sistema utilizado. As outras igrejas foram

construídas essencialmente sobre uma estrutura autônoma em madeira, e o pesado vigamento do teto e do piso se apoiava nas vigas de madeira pousadas sobre robustos apoios aos quais eram incorporados em seguida maciços muros externos que serviam de fechamento. Isso não aconteceu em São Miguel. Essa diferença é observada também nos apoios internos que delimitam as três naves, com outrora suportes aparentes para as outras igrejas e pilares de alvenaria para São Miguel (9).

Se o sistema de construção da Igreja de São Miguel era frágil - argamassa de pedra e de argila - o das igrejas das outras reduções o era ainda mais; o que talvez explique porque apenas São Miguel tenha chegado até nossos dias com remanescentes admiráveis.

Lamentavelmente não conhecemos documentação iconográfica contemporânea da construção do monumento ou da época do apogeu do povo de São Miguel. A descrição de D. Felix de Azara, que viu a edificação no final do século XVIII, informa apenas que a igreja tinha “100 varas (110 m) de comprimento e é de pedra de cantaria até a cornija, sem outra cal e mistura apenas nas juntas da parte externa; o resto é em madeira como em todas as demais” (10). Os remanescentes e o conhecimento das vicissitudes pelas quais o povo de São Miguel passou, imediatamente após o final de sua edificação, permitirão levantar algumas conjecturas sobre sua edificação.

Em 1750, o Tratado de Limite de Madri buscou fixar novas fronteiras entre as possessões espanholas e portuguesas, correspondendo melhor à realidade geográfica e à política da época. A colônia de Sacramento encravada em território espanhol foi trocada pelo o território ocupado pelos Sete Povos das Missões, ficando o rio Uruguai como fronteira natural entre as terras de Portugal e as da Espanha, colocando dessa forma fim à guerra limítrofe que se arrastava há várias gerações. Os índios tiveram de abandonar suas terras, levando apenas seus pertences e animais. Os trabalhos de demarcação do Tratado de Madri começaram apenas em 1752.

Ainda que o padre superior da Província dos Jesuítas no Paraguai tivesse recomendado aos padres dos Setes Povos que exercessem toda sua influência a fim de que as transmigrações se desenrolassem sem causar o menor mal, isso não foi possível. O grande apego que os índios tinham por seus lares contribui significativamente para isto, especialmente porque tiveram de abandoná-los atravessando o rio Uruguai para se estabelecer em uma zona relativamente povoada, sem contar com alimentação e moradia. O apego à terra natal foi mais forte que a influência dos padres. Foi o que exprimiu Sepe Tiajarú quando indo à Comissão de Demarcação acima do Forte de Santa Tecla, em Bagé, disse: “Essas terras são nossas e nós as recebemos de Deus e de São Miguel”. A “Guerra dos Sete Povos” teve início e durou de 1754 a 1756 quando os Tapes foram massacrados e os índios expulsos de sua terra natal.

Em 1761, o Tratado de Santo Idelfonso anulou o Tratado de Madri e, em 1762, os índios puderam voltar para seus lares.

Em 1765, Carlos III expediu um decreto expulsando os jesuítas das possessões espanholas e, em 1768 os padres foram definitivamente expulsos. Os Sete Povos foram então governados diretamente pela administração colonial que começou a explorar os índios que

caíram brutalmente em decadência e, ao mesmo tempo, tudo leva a crer que o mesmo ocorreu com a base militar de administração dos territórios (11).

Mas, agora voltemos à igreja.

Pousada sobre uma leve ondulação do terreno e precedida de um pórtico, a Igreja de São Miguel dominava o elemento base do traçado da redução: a praça quadrangular que lhe fazia frente.

Seu frontispício, voltado para o norte, a igreja era flanqueada pelo cemitério, pelo hospital, pelo colégio e por outras edificações em volta. A quinta dos padres convertida em pomar e horta ficava detrás, ao longo do colégio, da igreja e do cemitério.

Em volta da praça, dos três outros lados, encontravam-se as casas dos índios, ordenadas de tal modo que nove ruas as serviam.

A orientação do templo e a localização das outras edificações haviam sido calculadas para proteger a praça dos ventos frios do sul.

No que se refere à igreja propriamente dita, de acordo com a opinião do professor Lucas Mayerhofer, sua planta tal como se apresenta hoje é provavelmente devida à adaptação motivada pela Guerra dos Sete Povos.

A simples observação da sua planta, sem considerar os outros detalhes, leva a crer que essa igreja foi projetada com três naves, um transepto claramente marcado e o altar-mor proporcional ao conjunto.

O lanço de muro que hoje delimita o altar-mor, sem ligação com os pilares que outrora marcavam o transepto e os muros internos que hoje delimitam as naves colaterais, de estilo canhestro e também sem relação com as pilastras e pilares, devem ter sido construídos por volta de 1762, no retorno dos índios. Uma dessas paredes, caída em 1968, não foi reconstruída durante os trabalhos realizados nessa época.

Os danos sofridos pela igreja durante a Guerra dos Sete Povos em consequência das destruições e do incêndio de 1756 devem ter sido consideráveis. Lucas Mayerhoffer levanta a hipótese que o telhado tenha caído nessa ocasião (12). Examinando o conjunto, uma disjunção esferoidal se distingue em certos pontos, indicando alteração da pedra vinda de uma ação térmica localizada nos lugares em que o fogo provavelmente fez-se sentir de modo mais forte.

A observação das arcadas, do lado esquerdo do altar e do lado direito do altar, mostra também diferenças de construção. Enquanto do lado esquerdo o sistema de construção é único, do lado direito há uma linha claramente visível que mostra os dois tipos de sistemas de construção. Essas diferenças, indicando a intervenção, podem, sem dúvida, serem atribuídas às deteriorações do monumento durante a guerra (Des. 11).

Finalmente, se lembrarmos que o retorno dos índios e dos jesuítas ocorreu por volta de 1762 e que Carlos III promulgou o decreto de expulsão dos jesuítas, em 1767, o que aconteceu em 1768, tudo leva a crer que os discípulos de Santo Inácio estavam a par do movimento que estava sendo tramado contra eles na Europa e, voltando para as Missões,

buscaram colocar a igreja danificada em estado de render homenagem ao culto o mais rapidamente possível, o que justificaria as modificações feitas na planta original.

Ainda que feita em etapas, a construção do monumento quis mostrar a mesma tradição que a encontrada no mundo português.

Os trabalhos iniciados pelo altar-mor e pelo transepto deviam continuar até a altura das escadas inseridas nas paredes externas da nave. Uma cobertura provisória permitiu, sem dúvida, celebrar o culto enquanto o restante dos trabalhos prosseguia.

O que nos fez levantar essa hipótese foi o fato de as paredes externas do lado direito e do lado esquerdo do altar apresentarem uma fileira de pedras cuja continuidade é rompida na altura das escadas internas por linhas que parecem indicar claramente a suspensão dos trabalhos da construção (Des. 03).

Se, além disso, atentarmos para que de 1735 a 1737 Gian Battista Primoli esteve ausente de São Miguel, podemos formular outra hipótese - a de que durante sua ausência a antiga igreja foi demolida e que a sala provisória foi usada para o culto. Na sua volta, os trabalhos foram retomados, mas com alguma alteração do projeto primitivo, o que se observa nos muros claramente marcados por elementos de pedra sobre o acabamento do muro, lado esquerdo no trecho que vai do ângulo da antiga sacristia à linha que delimita as fases da construção (Des.08).

E agora, uma breve referencia aos problemas da torre, do pórtico e do coro.

O professor Júlio N.B. Curtis, com uma argumentação que nos parece irrefutável, acredita que a igreja foi projetada e construída inicialmente sem torre, muito influenciada pela igreja de Gesu, em Roma.

A argumentação que fundamenta essa opinião refere-se ao

fato que nós encontramos, no intervalo deixado por uma pedra no interior dos muros entre a torre e a parede lateral da nave, do lado esquerdo, o prolongamento da modinatura elaborada que marca a divisão de duas grandes faixas horizontais sobre o frontispício. Ora, nos parece ilógico e inadmissível fazer filetes e rendados em um lugar invisível a olho nu. Em nossa opinião, seria mais indicado pensar que essa modinatura tenha virado um ângulo suposto, que desapareceu na ampliação do monumento (13).

Assim, a torre, como o pórtico aposto ao frontispício teriam sido construídos posteriormente à edificação da igreja propriamente dita, sem dúvida entre 1761 - quando o Tratado de Madri foi anulado - e 1768, quando os jesuítas foram definitivamente expulsos das Missões. Além disso, constatamos igualmente no levantamento gráfico, que o muro da torre se apóia no muro externo da igreja (Des. 05).

Julio N. B. Curtis também acredita que a torre do lado da epístola, tal como aparece na reconstrução feita em 1882 pelo pintor J. Judices de Mirandole, nunca existiu.

É por isso que discute, com justa razão, a validade de certos detalhes dessa reconstituição e lembra ao mesmo tempo a pouca espessura dos muros da sala provisória, bem inferiores aos da torre. O que lhe faz pensar, frente aos indícios de construção, que esse lugar foi provavelmente coberto por uma abóboda e destinado, desde o início, ao batistério.

Em relação ao coro, alguns vestígios na entrada da igreja levantam também a hipótese que foi um elemento acrescentado ao projeto original, desde o momento que fica evidente

a solução de urgência que traduz a posição desse coro tão canhestamente apoiado, matando, numa construção tão refinada, os perfis que enquadram as arcadas ao longo da nave.

Nessas condições, sem torre nem coro no projeto original, a igreja de São Miguel das Missões Orientais do Uruguai representava uma das melhores interpretações de planta jesuítica romana nas terras da América Latina.

Diante dos objetivos de nosso trabalho, desculpamo-nos de especular sobre um telhado do qual não restaram vestígios. Ainda é preciso acrescentar que a igreja foi projetada para ter uma nave transversal com transepto e cúpula sobre um tambor elevado, conforme pensava Lucas Mayerhoffer. Concordamos com esse autor quando diz ter certeza de que a igreja não foi construída assim, pois se tivesse sido teria chocado as pessoas de sua época e alguns rumores nos teriam alcançado. O que não ocorreu.

Em 1801, o soldado dos Dragões, José Borges do Canto e seus camaradas, o coronel Correia da Câmara, comandante militar do Rio Pardo, e Manoel dos Santos Pedroso, grande proprietário de terras no Rio Grande, conseguiram com somente 40 homens fazer que 2.000 espanhóis fugissem das forças de ocupação do território e incorporaram definitivamente os Sete Povos das Missões ao território português.

Se os índios vissem a invasão dos portugueses como um sinal de melhoria de suas vidas, em comparação com a opressão da Administração colonial espanhola eles teriam ficado bem decepcionados. No entanto, sua adesão aos invasores portugueses havia sido tal que explica a vitória de tão pequeno número de homens. Sob a nova Administração, agindo no início com doçura e equidade, a desordem e a tirania logo recomeçaram e os Sete Povos das Missões entraram rapidamente em decadência. O decréscimo da população o mostra claramente. Dessa forma, o povoado de São Miguel, o mais importante dos sete, tinha 4.592 moradores, em 1694; 3.100, em 1707 e 1.900, em 1808. Em 1822, ele não contava mais que 600 índios.

José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, que visitou as reduções entre 1800 e 1819, descreve a igreja da seguinte maneira: Diante de uma grande praça quadrangular na qual desembocam nove ruas, vemos uma igreja com paredes de pedra e argila, mas bem rústicas e rebocadas de tabatinga. A igreja estava voltada para o norte e nela se entrava por um pórtico com cinco arcos sustentados por colunas de pedras brancas e vermelhas, completado por uma balaustrada notável sobre uma bancada da mesma pedra (da qual foram igualmente feitas as frisas, as cornijas e as figuras) que coroam o frontispício, se erguia a imagem de São Miguel e, dos lados as dos seis apóstolos; a igreja tem três naves, 350 palmos de comprimento e 120 de largura com cinco altares em madeira dourada e excelentes

pinturas. Na entrada da porta principal, via-se à direita uma capela com seu altar, e a pia batismal com a bacia de barro vidrado de verde, assentada sobre uma moldura de madeira dourada. A torre era também de pedra e tinha seis sinos, Imediatamente, ao lado direito do altar-mor, encontrava-se a sacristia, seguida das células dos padres, que eram numerosas e confortáveis (14).

Saint-Hilaire que visitou São Miguel em março de 1821, disse que é o povo “mais bem conservado de todos os povos que eu tenha visitado até agora. Para além das casas que constituem a praça vêm-se várias ruas”. Sobre a igreja, em particular, acrescenta:

A igreja construída pelos jesuítas é toda de pedra e possui uma torre que servia de campanário, mas há alguns anos um raio caiu sobre ela e a destruiu completamente. João de Deus, um dos primeiros governadores dessa província, pretendia consertar esse edifício e reuniu para isso material que lhe custou muito caro. Finalmente, tendo sido substituído, seu sucessor não realizou seus projetos. Os consertos foram interrompidos e as despesas foram feitas inutilmente. Esse é um dos inconvenientes do poder absoluto concedido aos governadores de províncias.

As observações de Saint-Hilaire nos mostram também que por ocasião de sua visita, o estado de conservação do povo de São Miguel era de maneira geral bom. Somente “a casa paroquial necessita de reparos, mas ela subsiste ainda”. Certa atividade ainda persistia na redução disse referindo-se ao antigo curral para o gado de São Miguel; ele anotou: “Encontrei vários tecelões, um curtidor de peles, um bom serralheiro e um aprendiz para cada ofício por determinação do administrador”. E observou sempre sobre o mesmo lugar “um pequeno moinho de cana-de-açúcar do tempo dos jesuítas”. A anotação referindo-se ao hospital menciona a “quantidade de cômodos extremamente escuros” que já revela a decadência, pois “doentes ainda são recebidos, mas não há médicos nem enfermeiros nem remédios” (15).

Em 1828, em consequência da Guerra Cisplatina, D. Frutuoso Rivera dá o golpe de morte nos Sete Povos das Missões Orientais. Após uma campanha vitoriosa fez entrar em sua armada todos os homens das missões que formavam com suas famílias um grande comboio transportando “mais de sessenta charretes de estátuas, imagens de santos, ornamentos, tesouros das igrejas, apoderando-se de “vinte mil rosas das propriedades dos Sete Povos e de todos os cavalos que lhe foi possível reunir”, retirando-se do território sem ser incomodado pelo Exército brasileiro na sua passagem pela fronteira em Alegrete. A sorte dos Sete Povos das Missões estava selada (16).

A partir dessa data os autores que visitaram ou que deram notícias sobre São Miguel são unânimes em testemunhar a decadência da antiga redução, desde então totalmente desabitada e em ruína progressiva e acelerada.

No dia 20 de abril de 1835, o presidente Antonio Pedro Fernandes Braga, em seu discurso na Assembleia Legislativa Provincial da província de Rio Grande São Pedro, após ter informado o sexo, a idade e o estado físico dos 344 índios que viviam no território missioneiro e ter enumerado suas propriedades disse que: “Além das fazendas e outras terras, há nos Sete

Povos, grandes e diferentes edificações que estão em ruínas por falta de cuidados e de sol” (17).

A gravura de Demersey data de 1846: esse documento permite ver que o frontispício da igreja começava a se deteriorar. Observa-se que falta o elemento de pedra do suporte do tímpano do pórtico, e que a vegetação invade o monumento, sem contar os animais em liberdade (18).

Hemetério José Velloso Silveira, que visitou São Miguel pela primeira vez em 1855, informa que “o padre José de Santa Avertana, carmelita descalço, residiu em uma das células do colégio dessa redução até 1849”. Em 1855, “e mesmo em 1860 viviam ainda três ou quatro famílias indígenas no térreo, nenhuma querendo morar no piso superior para não enfrentar a dificuldade de usar a antiga escada à qual faltavam alguns degraus” (ele se referia ao colégio).

No que se refere à igreja explica: “alguns anos antes da conquista portuguesa ela tinha perdido o telhado e estava exposta às intempéries devido ao incêndio provocado por um raio”. Comparando esta informação com a de Saint-Hilaire, datada de 1821, segundo a qual o raio teria atingido apenas a torre, parece que a tradição oral, fonte provável da referência de Hemetério J. V. Silveira afasta-se razoavelmente da verdade.

Esse autor diz ainda: “De tudo o que vimos nada foi tão bonito e majestoso que essa igreja caindo lentamente em ruínas”. E mais adiante: “Quando vimos pela primeira vez, em 1855, a torre da Igreja de São Miguel, ela conservava ainda no interior, o compartimento de madeira abrigando o mecanismo do relógio. A escala de madeira para nela subir estava totalmente desmontada”.

Em relação ao frontispício, ele informa que:

A fachada da igreja era precedida de um pórtico, ou grande vestíbulo, formado de 18 colunas coríntias que, quando as vi pela primeira vez, já tinham perdido seu aprumo não apenas devido à vegetação parasita, mas também às escavações em busca de tesouros dos jesuítas.

Por ocasião de nossa primeira passagem por essas ruínas, em julho de 1855, a igreja conservava ainda o mesmo aspecto que no desenho que o viajante Demersay tinha feito nove anos antes para sua obra, esgotada há muito tempo.

Este livro foi ilustrado com uma reprodução fiel desse desenho. Mas não temos nenhuma das fotografias tiradas depois, à medida que a deterioração e a destruição progrediam.

O historiador prossegue:

Em 1886, numa terrível noite de tempestade, um raio derrubou tão bela colunata, as cornijas, o parapeito e a balaustrada do amplo terraço. Uma porta pela qual se passava do coro da igreja para este charmoso terraço permanecia ao abandono.

Sobre a cornija que cobria ligava os balaustres havia estátuas de pedra do padroeiro (sic) e dos doze apóstolos. Mas as estátuas, antes mesmo da conquista brasileira tinham sido jogadas no chão e tinham-se despedaçado.

Foi com base nas fotografias das ruínas da gravura de Demersay (datada de 1882) e com os esclarecimentos fornecidos por Hemetério J. V. da Silveira que o pintor Judicis de Mirandole pode elaborar sua reconstituição do estado original do frontispício (20).

O interior da igreja do tempo das visitas de Hemetério J. V. da Silveira conservava ainda os “restos da talha embutida nas paredes e na face das arcadas”.

Quando às outras edificações, o colégio dos padres que em 1855 “tinha um piso térreo e um primeiro andar” e mostrava “como a pintura sobre o plinto das células do primeiro andar estava conservada”, desde 1886 mostrava apenas “a portada do colégio e detrás dela, nada. Absolutamente nada além das paredes desmoronadas”. “Em 1860, o hospital era apenas escombros” assim como “as outras edificações como as escolas”. Apenas “a prisão, uma construção muito pobre, exista ainda por ocasião de nossa ultima visita (1886) e era a moradia de uma família indigente”.

Robert Ave-Lallement que visitou São Miguel, em 1858, após ter confirmado o desmoronamento do telhado da igreja, diz adiante que

O telhado do pórtico e o da abóboda estavam completamente desmoronados. No piso da igreja nascia uma verdadeira mata através da qual havia caminhos de arco em arco, de pilastra em pilastra. A torre estava esburacada em vários lugares e no piso, as colunas e pilastras angulares estavam cobertas de samambaias, enquanto nas cornijas, nas fendas das pedras e nas volutas cresciam cactos gigantescos, uma floresta de criptogamias e até árvores (21).

João Pedro Gay, que visitou as reduções entre 1849 e 1861 - provavelmente em torno de 1850 - disse que: “com exceção do frontispício da igreja e alguns lanços de paredes, atualmente nada resta desse suposto povoado”. Ele menciona o fato que

A igreja era de pedra e argila, as paredes eram rusticamente rebocadas de tabatinga. Nela se entrava por um pórtico com cinco arcos sustentados por colunas completadas por uma excepcional balaustrada sobre uma bancada da mesma pedra arrematava o frontispício, onde se erguia a imagem de São Miguel e de cada lado as dos seis apóstolos. O corpo da igreja tinha - com sua cruz e três naves em semicírculo -, 350 palmos de pé-direito e muitos acessórios como os cinco altares de madeira dourada. A torre de pedra tinha seis sinos e, ainda que inclinada, mantinha-se em pé (22).

Durante as duas primeiras décadas do século XX as condições do Povo de São Miguel continuaram a se deteriorar.

No início do século, Hemetério J. V. da Silveira informa-nos ainda que “no pórtico da igreja, duas das balaustradas do terraço, transportadas em 1903 para o Museu Júlio de Castilhos, permaneceram depositadas em um jardim no terreno da Redenção (antiga Várzea) com as relíquias arquitetônicas das outras reduções” (23).

Carlos Teschauer, cronista da segunda década deste século, pouco acrescenta aos escritos dos outros historiadores, salvo quando diz que “80 a 100 operários trabalharam na magnífica igreja durante dez anos” (24).

A documentação fotográfica que conhecemos da década de 20 consiste em parte no trabalho de Rosauro Tavares e confirma as observações de Robert Ave-Lallemant no que se refere à tomada do monumento pela vegetação e ao estado da torre “esburacada em muitos lugares”; há também a de Hemetério J. V. da Silveira, mostrando a progressão dos danos (25).

Sempre durante esta década, o governo do Estado do Rio Grande do Sul, obedecendo ao que foi estabelecido no artigo 24 do Regulamento das Terras, de 10 de agosto de 1922, decidiu realizar trabalhos de melhoria do monumento graças à Direção das Terras da Secretaria de Estado e dos Trabalhos Públicos por intermédio da Comissão de Santa Rosa a quem cabia o encargo de cuidar das ruínas de São Miguel.

Lamentavelmente, a documentação que nos chegou sobre esses trabalhos é bem pobre. Temos conhecimento dos relatórios da Secretaria dos Trabalhos Públicos, de 1925, 1926 e 1928 (26) e do trabalho, mencionado anteriormente, de Rosauro Tavares, datado de outubro de 1928. Devemos então confiar nesses textos e no conhecimento do monumento.

De acordo com o Relatório de 1925, constata-se que foi enviado no dia 22 de janeiro desse ano “Uma nova proposta para a conservação das ruínas ameaçadas de completa destruição pela ação do tempo e dos homens que retiravam pedras das paredes deterioradas”. Essa proposta foi enviada, no dia 12 de fevereiro, com a expedição do engenheiro João de Abreu Dahne, chefe da Comissão das Terras de Santa Rosa, que prestava contas das condições nas quais se encontravam as ruínas e avaliava as despesas imediatas para a sua conservação em CR\$ 15.000,00 mais as despesas com um vigia.

O relatório de 1926 informa que tanto o vigia quando a conservação das ruínas da “majestosa igreja de São Miguel” tinham sido autorizadas no dia 2 de outubro de 1925, E, além disso, a “direção desses trabalhos estava confiada aos cuidados do chefe da Comissão de Terras de Santa Rosa, o engenheiro João de Abreu Dahne, e encontra-se bem encaminhada”.

O relatório de 1928 confirma que “durante o ano do presente relatório (1927) os trabalhos mais urgentes de reparação haviam sido concluídos, incluindo o escoramento da torre existente com trilhos de aço e barras de ferro. Resta terminar o fechamento com fios de ferro em volta da zona de segurança estabelecida em torno das ruínas”. As despesas para a conservação em materiais, transporte e custo dos trabalhos chegaram, em 1927, a Cr\$ 15.382,50.

Em que consistiram os trabalhos de melhoria realizados de 1925 a 1927, sob a iniciativa e a expensas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul? De acordo com o texto transcrito a seguir, as fotografias publicadas no trabalho de Rosauro Tavares e o exame dos monumentos, pode-se enumerar *grossa modo* como segue:

1. retirada da vegetação;
2. consertos gerais, reconstrução e escoramento da parte do pórtico com trilhos de ferro;
3. fachada principal:

- a) porta principal - estabilização do lintel pela inserção de trilhos de ferro e construção de alvenaria de pedra sobre os trilhos;
 - b) porta do lado direito do altar - estabilização da platibanda em madeira pela inserção de trilhos;
 - c) porta do lado esquerdo do altar- estabilização do maciço pela inserção de barras e de trilhos de ferro e reconstrução evidente da alvenaria que as recobre na parte de descarga do maciço sobre o vão da porta;
 - d) janela central no nível do coro - procedimento idêntico ao da porta principal o que resulta no rebaixamento da platibanda;
 - e) vãos da porta e janelas das escadas - estabilização dos lintéis pela inserção de trilhos.
4. No interior:
arcada do lado direito do altar - revestimento das paredes e escoramento com trilhos de ferro dentro dos arcos;
arcada do lado esquerdo do altar- revestimento das paredes e escoramento com trilhos de ferro dentro dos arcos.
5. Torre: para essa parte do monumento o Relatório de 1928 é claro: “o escoramento da torre existente, com trilhos de aço e barras de ferro” foi feito.

Apesar do esforço do Governo do Rio Grande do Sul, o monumento tinha sido consertado. Foi somente em 1936, quando o arquiteto Lucio Costa o inspecionou sob a responsabilidade de Rodrigo M. F. de Andrade que dirigia a SPHAN, recentemente criada, que se pode julgar. Em seu relatório Lucio Costa sugeriu as seguintes medidas:

1. *As ruínas da igreja de São Miguel apresentam grande interesse como conjunto arquitetônico e devem ser protegidas a fim de evitar sua deterioração total.*
2. *Os fragmentos arquitetônicos e de esculturas encontrados nos Sete Povos e tudo o que poderá ser descoberto por pesquisas e escavações, merecem ser conservados no Povo de São Miguel, em um museu a ser construído com o material das ruínas, ou mesmo dentro das próprias ruínas devidamente protegidas (27).*

O projeto de consolidação das ruínas e da construção do museu apresentado por Lucio Costa conjuntamente com o relatório foi confiado ao arquiteto Lucas Mayerhofer que executou os trabalhos entre 1938 e 1940.

O professor Lucas Mayerhoffer descreve assim seu modo de execução:

Iniciei os trabalhos tentando descobrir as causas que provocaram os desequilíbrios e os danos sofridos pelo monumento para decidir-me o método a adotar. Observo que os processos de restauração se confundem com a prática de execução. Não é razoável nem oportuno querer sistematizar nem fixar normas. Não há norma fundamental para a restauração. Diante do monumento, ele próprio é o mestre. Para quem estuda detidamente um monumento e o interroga

com a seriedade de um historiador, paixão de artista e o amor de arquiteto, qualquer restauração se determina particularmente por si mesma.

Quando, em 1938, me foi confiada a incumbência de consolidar as ruínas de São Miguel, a situação do monumento era tal como aparece na foto nº 1 da ilustração.

Do grande pórtico da fachada principal restavam apenas as colunas e as arcadas laterais, muito tombadas devido à insuficiência das fundações, e ainda assim, incompletas. Colunas, arcadas da frente, frontão e até as pedras do piso haviam sido carregadas, à medida que se ia desmoronando o edifício.

O escoramento anterior feito, com trilhos de ferro, não impedira com o correr do tempo o seu total desmoronamento. Demolição e reconstrução sobre novas fundações impunham-se para conservá-lo.

Em volta do pórtico, mas sem apoio nele, estabelecemos andaimes solidamente construídos. Cuidadosamente feito o levantamento do pórtico (foto nº 2) numeramos todas as pedras, divididas em quadras segundo as alturas, isso em cada face do pórtico e guardamos dessa numeração vários desenhos para garantia do serviço em caso de extravio.

Só após essas precauções foi iniciada a demolição.

Terminada esta e aberto os alicerces, verificou-se como certo o nosso prognóstico: as fundações consistiam num aglomerado de pedras roliças sem a menor amarração; o espaço entre elas era cheio com barro grosseiro. As formigas tinham aberto nesse barro enormes buracos. Além disso, as fundações ocupavam uma largura pouco maior que a espessura das paredes. Quanto à sua profundidade teria sido suficiente se bem executada a alvenaria, pois o terreno é firme.

Sobre esse solo, estende uma camada de concreto no traço 1 : 3 : 4 e, logo após, construímos alicerces de concreto ciclópico, no traço de 1 : 4 : 7 + pedra de mão, armando na parte inferior com trilhos de ferro aproveitados entre aqueles que serviam ao escoramento, e colocados a cada 0.20 cm.

Sobre tais alicerces reconstruímos as duas alas do pórtico.

O que a todos preocupava, porém, era a situação da torre da igreja, a qual media 23 metros de altura, apresentava desprumo de 1,37 m no cunhal N-E e de 1,57m no cunhal SE. Devido a essa deformação, viam-se no corpo da obra enormes fendas que aumentavam de importância visto que rachara a massa que os pedreiros haviam empregado anteriormente para remendos.

Pelo modo como se deprimou a torre, era certo encontrarmos em suas fundações mesmas deficiências que encontramos nas dos pórticos. Efetivamente. as fundações assentavam sobre um terreno firme e seria possível reforçá-lo; mas, nas condições em que se encontravam as paredes, o lado esquerdo da torre acabaria por desmoronar e qualquer amarração só viria a prejudicar o lado que se mantinha aprumado, pois nenhuma alvenaria trabalha à distensão, máxime esta alvenaria irregular e sem argamassa.

A esta situação, adotei para consolidação da parte tombada da torre o critério de sua demolição prévia a fim de reconstruí-la sobre novas fundações.

Iniciamos a consolidação preparando sólidos andaimes externa e internamente.

O levantamento da torre, quer dizer, o desenho rigoroso de suas projeções (foto nº 3) e a numeração das pedras ocuparam-me durante todo um mês.

Para executar a numeração, toda superfície visível da torre foi dividida em quadras, segunda as alturas, e isso em cada face, cada quadra teve todas suas pedras

numeradas. Guardamos da numeração vários desenhos para garantia do serviço em caso de extravio (foto 4).

Só após essas preocupações foi iniciada a demolição.

A descida das pedras fez-se por meio de plano inclinado, estabelecido com tabuas e terminando num monte de areia.

A demolição da parte afetada foi feita sem prejudicar a outra, apesar de estarem ambas amarradas por trilhos e cabos de aço, o que prova que esses tirantes não prestavam serviço algum.

Após o desmonte, as pedras estavam organizadas de acordo com o número e a categoria a fim de evitar qualquer erro.

As fotos 5 e 6 mostram a torre após o desmonte dos cunhais do lado esquerdo que se haviam desaprumado.

As novas fundações foram feitas em concreto armado. Os cálculos foram confiados à firma Silvio Reis e Alberto Nogueira (foto 7).

A descida das pedras durante a demolição fizera-se por meio de guias ou rampas de tabua; a fim de elevá-las para a reconstrução, instalamos um guincho mecânico, acionado por um motor Deutz com dois cilindros, 16 H.P, a óleo cru. Esse motor foi-nos cedido pela Prefeitura de Santo Ângelo que o havia abandonado por velho e imprestável. Teve que sofrer grandes reparos, mas prestou ótimos serviços, pois as pedras pesavam em sua maioria entre 700 kg e uma tonelada.

Construímos um elevador com uma plataforma de 2 m x 1,50 m. Ainda assim, o transporte das pedras brutas foi muito penoso e tivemos de lamentar acidentes com operários.

Na altura da primeira e da segunda cimalthas fizemos cintas de concreto para cada bloco, de 0,25m de altura, escondidas pelos paramentos. Cobrimos igualmente de concreto armado a superfície da torre de aí assentarmos novamente as pedras e as calhas que encontramos, tampando as juntas com uma massa de cimento e areia para impedir as infiltrações das chuvas.

Em três ângulos encontramos gárgulas (foto 8); um quarto exemplar foi desenterrado ao pé da torre. A foto 9 mostra o belo capitel, ornado com representação em folhas, flores e frutas de romã, dispostas como se fossem de acantos. Terminada a reconstrução, foram retirados os andaimes, trabalho que me ocupou durante duas semanas.

Para proteção do corpo da igreja executamos importante trabalho, compreendendo retirada de troncos e as raízes, fechamento das fendas para impedir a infiltração da água e substituição indispensável de algumas pedras.

Fizemos aterro em rampa em toda a extensão dos muros, para que a água não venha mais a se estagnar ao longo deles. Uma das causas consistia nos muitos buracos cavados ao pé dos muros por pessoas em buscando ouro ou relíquias da lendária riqueza dos jesuítas.

No eixo da nave, em todo seu comprimento, construímos um canal coberto para escoamento das águas da chuva. Foi a nosso ver a melhor solução para proteger as fundações do corpo da igreja. Completamos esse serviço pela iniciativa de importante aterro para encher as bacias e buracos existentes ao longo das naves laterais, assim como para obter os caimentos necessários.

Novos trabalhos em benefício do monumento começaram sob a direção do arquiteto Mauricio Dias da Silva, no dia 15 de setembro de 1954 e se prolongaram aproximadamente até março de 1955.

Esses trabalhos consistiram em:

- a) limpeza das paredes das ruínas e retirada do mato no interior de igreja, do colégio, do pátio e da praça;
- b) raspagem do entulho para chegar ao nível primitivo do lajeamento da nave;
- c) refazer e limpar o dreno no interior das ruínas;
- d) refazer o arco de um vão da janela e de pequenas partes do maciço;
- e) construir e instalar um museu no interior das ruínas da igreja, servindo-se do muro externo do lado esquerdo entre os V^o e IX^o eixos; utilizar uma cobertura metálica sobre uma estrutura metálica e proibir esquadrias de ferro com os painéis de vidro.

A leitura da correspondência do arquiteto Mauricio Dias nos permite enfatizar o que segue:

Relatório de 4.11.54 -

...continuamos o nivelamento das ruínas e descobrimos, a 30 cm do embasamento da parede do antigo lajeamento da igreja, lajotas de cerâmica (15 x 28 x 4 cm) em pedaços totalmente apodrecidos, tornando impossível retirá-los, mesmo tomando o maior cuidado. Sou de opinião de deixá-los expostos à vista em uma das partes das ruínas...

Esse relatório menciona também uma fissura no frontispício que, de acordo com Hugo Machado, aumentava e já podia ser vista na fotografia da tese do professor Mayerhoffer, infelizmente sem muita nitidez para verificar sua progressão.

Ainda neste relatório, é questão de um abalo provocado sobre as pequenas pedras do “muro lateral esquerdo e o do fundo, formando “proeminências que deverão ser consertadas em seguida”.

Em carta enviada ao arquiteto Renato Soeiro, diretor do D.C.R. em 9.1.55:

... terminando devo notificar que seria aconselhável executar trabalhos de consolidação em determinados pontos da parede lateral esquerda, do ângulo esquerdo da fachada e na parede do pórtico apoiado no lado esquerdo da fachada. Seria preciso também refazer a camada de impermeabilização que recobre as paredes, evitando dessa forma as infiltrações de água que escorrem nas juntas e facilitam o crescimento de vegetação... (29).

Em 29 de novembro de 1966 o arquiteto Júlio N.B. Curtis, em uma carta enviada ao prof. Rodrigo M.F. de Andrade, presta conta da inspeção das ruínas de São Miguel motivada por um telegrama do diretor do DPHAN e por uma carta do arquiteto Luíz Saia, chefe do 4º Distrito da DPHAN.

Nessa carta ele tranquiliza o prof. Rodrigo “sobre o desabamento ocorrido que foi de pouca importância e provem de um pedaço de 3 a 4 m² da parede lateral externa do que deve ter sido o batistério”.

E ele continua:

Contudo, outras partes das ruínas se encontram, me parece, em estado muito mais grave. Entre outras a sobre o frontispício que compreende todo o maciço acima da arquitrave onde muitas pedras se soltaram (indicadas na foto 7). Não se pode esquecer que esse setor do frontispício não tem armação nas naves laterais, o que acentua sua inclinação. A porção inferior está do mesmo modo desequilibrada e arrasta com ele uma parte da abóboda da nave do lado direito (foto 11).

Tiramos o prumo dos dois lados do frontispício. Do lado externo ele acusa, na cota de 17 m, mais ou menos no centro do frontão, 60 cm de inclinação em relação à base. Do lado interno, na cota de 10 m, um pouco acima do suporte do coro, constatamos que o maciço pendia para frente 22 cm.

Essa falta de proporção entre as duas medidas confirma (croquis abaixo) que a ausência de armadura na parte superior ocasionou essa maior inclinação. Contudo, a causa principal deve ser simplesmente um afundamento na fundação. De fato, a pedra de base da porta principal, na entrada do lado direito, parece achatada.

Na foto 2, o conjunto do enquadramento da porta principal apresenta uma fenda longitudinal. Nas fotos 4, 5 e 6 pode-se ver outras fendas e descolamentos que talvez já existissem por ocasião da outra inspeção.

Após ter denunciado uma construção irregular em madeira, feita provisoriamente, e a improvisação de uma urna sobre o capitel de uma coluna de pedra, ele termina dizendo:

Para concluir, prof. Rodrigo, pensamos que a única solução que se impõe para salvar esses remanescentes é adotar o procedimento utilizado pelo prof. Mayerhoffer para estabilizar a torre. Sei que nossa tomada de posição poderia ser qualificada de simplismo estéril, mas, honestamente, não sabemos o que poderia ser feito de outro para impedir o total desmoronamento do frontispício. Foi assim pensando quando estávamos no terreno, que fizemos contato com um tenente de uma guarnição local. Ele nos prometeu a ajuda de uma parte do batalhão e que nos forneceria um equipamento mecânico para deslocar as pedras. Caso a equipe do Departamento do SPHAN conheça outra solução, pedimos que no-la comunicasse urgentemente a fim de que possamos reexaminar no local a possibilidade de sua execução antes de ir para o Rio onde pensamos estar nos últimos dias do ano. (30)

Essa carta cujos principais trechos são transcritos acima desencadeou a execução dos trabalhos (1967-1970) visando principalmente melhorar o frontispício do monumento.

Lamentavelmente, os elementos gráficos ou escritos de maneira a mostrar suficientemente o que foi realizado não chegaram até nós.

Além da documentação fotográfica das obras, conhecemos somente uma informação do arquiteto Luiz Saia, datada de 12 de julho de 1967 e outra (sob o nº 231) do arquiteto Rui Moreira Reis, datada de 7 de agosto de 1967; as duas anteriores no início dos trabalhos que deviam começar no final daquele ano.

Segundo a informação de Luíz Sala, constata-se que o partido inicial preferido pelo calculista Joaquim Cardoso teria sido de “inserir uma estrutura de concreto armado na parede”, mas o chefe do 4º Distrito a considerou ineficaz, em virtude do sistema de construção dos muros. Ele sugeriu então a técnica de colocação e retirada a ser executada muito cuidadosamente a fim de introduzir a futura estrutura sem que ela aparecesse externamente, o que foi efetivamente realizado.

Pode-se concluir da informação acima, o sistema estrutural preconizado por Luiz Saia, com uma exposição estática precisa do procedimento que Joaquim Cardoso queria utilizar, não foi, em sua opinião, inteiramente observado (31).

Segundo informação do arquiteto Rui Moreira Reis e de acordo com a consulta feita às firmas especializadas - Mills Andaimos Tubulares do Brasil SA que apresentou uma proposta para o escoramento e Estacas Franki Ltda que não se interessou pelo serviço de reforço das fundações (32), pareceria que tanto o escoramento da fachada quanto o reforço das fundações e o reajustamento dos blocos da fachada eram objeto de preocupação.

Os novos trabalhos começaram no final de 1967 e se estenderam até o início de 1970, sob a orientação de Luis Saia. Consistiram em:

- a) Inserção de uma estrutura de concreto armado para impedir que a inclinação da fachada, notada por Julio N. B. Curtis, em 1966, não se acentuasse. Essa inserção figurava nos documentos do levantamento gráfico da igreja de acordo com uma observação *in loco* e das informações do mestre de obras José Garcia confirmadas pelas de seu colega Faria.
- b) Adaptação da antiga pequena residência destinada à sacristia para dela fazer um museu, construindo um telhado, cujo revestimento seguiria a forma do original; execução do piso com lajotas e aplicação de um chassi de madeira envidraçado nos vãos.
- c) Demolição do museu construído em 1954-55 ao mesmo tempo em que a transferência das peças para o novo museu.
- d) Reconstrução dos fragmentos dos muros desmoronados, aproveitando as pedras tombadas.
- e) Pequenos trabalhos de exposição e valorização do lajeamento primitivo.
- f) Desobstrução do antigo dreno no interior da igreja.
- g) Revestimento da base dos muros, utilizando concreto misturado com cascalho.
- h) Reconstituição do revestimento em pedra da cantaria dos muros, sobretudo do frontispício, preenchendo os vãos ou substituindo as pedras estragadas e fixar as pedras da moldura do alto do tímpano com ganchos de ferro.

Em dezembro de 1978 houve um desmoronamento parcial de uma parede da nova sacristia, deixando a descoberto o sistema de construção utilizado. Em janeiro de 1980, nova medida foi tomada para avaliar a inclinação do frontispício (1,19 m) sem contar o balanço da cornija.

A partir dessa data, o processo resultante do estudo em discussão provoca consultas a vários especialistas, firmas e organizações entre as quais a contribuição trazida pelo prof. Roberto Di Stefano, consultor da UNESCO, deve ser especialmente sublinhada.

NOTAS:

1. A propósito do que foi dito até aqui ver GADELHA, Regina Maria A. F.: *As missões Jesuíticas do Itaim: um estudo das estruturas socioeconômicas coloniais do Paraguai (séculos XVI e XVII)*, Ed. Paz e Terra AS, 1980, IIIª parte, As missões jesuíticas, p. 189 a 195.
2. PORTO, Aurélio, *Historia das Missões Orientais do Uruguai*. Publicação do SPHAN, nº 9, M.E.S., 1943, p. 296. Ver SEPP S. J., padre Antonio, *Viagem às Missões Jesuíticas e Trabalhos Apostólicos*, introdução de Wolfgang Hoffmann Harnisch, p. XVIII - LXII, Bib. Hist. Brasileira, Liv. Martins Ed. 1972. MAYERHOFFER, Lucas: A igreja de S. Miguel das Missões, in: *Revista do Instituto dos Estados Brasileiros*, Universidade de São Paulo, nº 6, 1969.
3. Padre Antonio Sepp, *op.cit.*, p. 139-40.
4. *Id., ib.*, p. 143 e 145.
5. Ver a reprodução da gravura na obra do Padre Antonio Sepp, foto 50.
6. Ver in: SMITH, Robert, *Arquitetura Colonial Bahiana - Alguns aspectos de sua História*, publicação do Museu do Estado, no 14, Secretaria de Educação e Cultura, Bahia, 1951, fig. 8.
7. Aurélio Porto, *op.cit.*, p. 319.
8. In: Aurélio Porto, *op. cit.*, p. 324.
9. Ver Lucas Mayerhoffer, *op. cit.*, Introdução de Wolfgang Hoffmann Harnisch à obra do padre Antonio Sepp.
10. In: Lucas Mayerhoffer, *op.cit.*, p.24
11. Ver Introdução de Wolfgang Hoffmann Harnisch à obra do padre Antonio Sepp e Lucas Mayerhoff, *op. cit.*
12. Lucas Mayerhoffer, *op.cit.*, p. 28.
13. CURTIS, J. N. B., A Catedral de Grés, in: *Revista do CEUA*, nº 1, 1962.

14. PINHEIRO, José Feliciano Fernandes, *Anais da Província de São Pedro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946, p. 71-72.
15. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Voyage ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*, edição brasileira da Universidade de São Paulo, 1974, p. 152 a 155.
16. Ver a introdução de Wolfgang H. Harnisch ao livro do padre Antonio Sepp.
17. In: CUSTODIO, Luis A. V. São Miguel das Missões, Diretrizes para o Desenvolvimento Físico, Anexo III, p. 116.
18. Ver a fotografia da gravura de Demersay no livro do padre Antonio Sepp, nº 6.
19. SILVEIRA, Hemetério José Velloso, *As Missões Orientais e seus antigos domínios*, Porto Alegre, Ed. Erus, 1979, p. 188 a 192.
20. Ver no livro do padre Antonio Sepp a fotografia da reconstituição atribuída à J. Judicis de Mirandole, nº 5.
21. AVE-LALLEMENT, Robert, *Voyage en la Province de Rio Grande do Sul (1858)*, edição brasileira da Universidade de São Paulo, 1980, p. 236-237.
22. GAY, João Pedro, *História da República Jesuítica do Paraguai*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942, p. 495-496.
23. In *op. cit.*, p. 191.
24. Teschauer, Carlos, *História do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Ed. Selbach, V. II, p. 11.
25. TAVARES, Rosauero, Ruínas dos Sete Povos das Missões, in: *Revista do Arquivo Público*, nº 21, dezembro de 1928, p. 168 a 226.
26. In Luiz A.V. Custódio, *op. cit.*, p. 9.
27. In Lucas Mayerhoffer, *op. cit.*, p. 9
28. *Id. Ib.*, p. 9 a 12
29. In: Dossiê dos trabalhos de São Miguel, arquivos do SPHAN, Rio de Janeiro.
30. Idem
31. Idem
32. Idem

Documentação complementar do item 4.e (anexo 11)

Plano de gestão

Com a finalidade de regulamentar o uso do solo da zona que circunda as ruínas do antigo Povo de São Miguel das Missões, onde está situada a cidade de São Miguel das Missões, no município de Santo Ângelo, foi elaborado em 1979/80 o Plano para o desenvolvimento físico de São Miguel das Missões, pela Companhia Estadual de Desenvolvimento Regional e Obras (CEDRO), do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, que contou com o apoio da 10ª DR da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Esse plano propôs um texto de um anteprojeto de lei que dispõe sobre o desenvolvimento urbano para a cidade de São Miguel das Missões, do qual resultou na Lei nº 738/80, aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo prefeito municipal de Santo Ângelo, em 24 de agosto de 1980.

O art. 2 da referida lei - enviada em anexo - define como seus objetivos, entre outros - "II - a preservação do patrimônio cultural das ruínas de São Miguel e das zonas adjacentes, em uma perspectiva histórica e com condições de perenidade, buscando sua integração junto à população local, a fim de poder atingir-se um maior desenvolvimento".

O art. 4 - institui o Plano das Diretrizes para o Desenvolvimento Físico da Cidade, segundo o plano das zonas que entregamos, igualmente em anexo.

O art. 27 define as zonas de uso específica como uma subdivisão da zona urbana (ver Plano das zonas de uso).

. Assim, a zona de preservação histórica (arts. 29/30), onde estão situadas as ruínas da igreja, do colégio e residência dos padres da Companhia de Jesus e as casas dos indígenas é considerada *non aedificandi*.

. A zona de apoio turístico-cultural (Art. 31 e parágrafo único), que corresponde à zona circundante do sítio das Missões, está destinada unicamente à implantação dos equipamentos necessários ao apoio turístico-cultural.

. A zona de uso estimulada (Art. 31 e 32) se situa em um trecho protegido visualmente em relação às ruínas históricas, graças à disposição topográfica e à existência de uma vegetação intermediária maciça.

. Enfim, a zona de expansão urbana se situa na periferia, ao pé da colina.

Os arts. 38 a 47 definem, segundo os quadros 14 e 15 (em anexo) as alturas máximas e os recuos obrigatórios das edificações e as dimensões mínimas dos lotes para cada uma das zonas.

Os arts. 66 a 69 se referem ao deslocamento sucessivo de determinadas edificações e funções que atualmente se situam na vizinhança da zona histórica, visando uma melhor regularização dos usos, conforme as indicações feitas no Plano do Sistema Viário e de Usos Específicos propostos (em anexo).

A ação municipal de controle e de definição do uso do solo, regulamentado por essa lei, continua, todavia subordinado à competência da legislação federal específica - Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, que, em seus arts. 17 e 18 regulamentam os trabalhos ou ações no bem tombado - zona de preservação histórica - e em sua vizinhança - outras zonas, mas, principalmente, as zonas turístico-culturais e de uso estimulado. Essa competência federal é exercida por intermédio da 10ª Diretoria Regional da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cuja sede fica em Porto Alegre, RS.

QUADRO 14

DISPOSIÇÕES DE CONTROLE DAS EDIFICAÇÕES

ZONAS DE USO	Z.H.	Z.A	Z.I.	Z.E.	Z.N
Altura máxima	-	5m00	5m00	7m50	500m
Recuo da fachada	-	4m00	4m00	4m00	
Recuo lateral	-	*	*	*	-

* 2m50 em uma das divisões laterais para terrenos limítrofes de até 20m00

* 2m50 nas duas divisões laterais para terrenos limítrofes superiores a 20m00

* 2m50 em uma das divisões laterais para terrenos limítrofes superiores a 20m00 (esquina)

* isenção do recuo lateral para terrenos limítrofes inferiores a 20m00 (esquina)

QUATRO 15

DIMENSÕES MÍNIMAS DOS LOTES

ZONAS DE USO	Z.H.	Z.A	Z.I.	Z.E.	Z.N.
Terreno limítrofe (m)	-	12m50	12m50	12m50	100m00
Superfície (m ²)	-	375m00	375m00		10.000m00